



BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BR Advisory Partners Participações S.A. ("Companhia") relativas ao quarto trimestre findo em 31 de dezembro de 2022.

Destacamos os seguintes fatos no quarto trimestre de 2022:

Contexto econômico

O quarto trimestre de 2022 foi marcado por importantes acontecimentos tanto no cenário internacional como no local, que apontaram para um cenário de incerteza nas principais economias mundiais.

Sobre o Brasil, a conjuntura macroeconômica indicou, no quarto trimestre, sinais de desaceleração por conta dos impactos gerados pelo forte aperto monetário, em que a manutenção da SELIC a 13,75% começou a dar sinais do esfriamento no nível de investimentos e aumento do endividamento das famílias, o que culminou na redução da propensão do consumo das famílias e geração de renda. Vale destacar o cenário pré e pós-eleitoral que também impactou o nível de atividade econômica. O Consumo das Famílias caiu 2,3% em novembro ante outubro e a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) caiu 1,2%, na mesma base de comparação. Assim observamos uma desaceleração dos grandes segmentos em decorrência do encarecimento do custo de acesso ao crédito e da elevação na inadimplência reforçado ainda pelo cenário de incerteza promovido pelas eleições presidenciais que aconteceram em outubro do ano passado e o fantasma dos riscos fiscais do país nos próximos anos, o que tem acudado investidores e provocado muita volatilidade nos mercados.

No panorama global, as tensões geopolíticas envolvendo o conflito entre Rússia e Ucrânia continuaram pesando sobre o setor de energia na Europa, o que resultou em uma pressão inflacionária na zona do euro. Os temores de uma possível recessão na Europa em 2023 continuam assombrando os mercados, mas de fato a economia europeia se sobressaiu bem em 2022, com alguns destaques como a Alemanha, cujo PIB teve avanço de 1,9% no ano. Parte dessa melhora econômica apareceu no 4T22, pelo efeito de recuperação na produção e consumo após o fim dos lockdowns no começo do ano. Além disso, o desempenho mais forte foi sustentado pelo suporte fiscal do governo alemão no setor de energia e a melhora da produção de automóveis que vinha sendo prejudicada pelos gargalos na cadeia de chips semicondutores.

Nos Estados Unidos, os dados do último trimestre apontaram para um cenário diferente do que foi observado nos 9M22 e colocou em pauta o crescimento em 2023. Nos 9M22, o pleno emprego e estímulo ao consumo pressionaram a inflação, que obrigou o FED a endurecer sua política monetária. Já no 4T22, grandes empresas começaram a dar sinais de desaceleração em investimentos e até promover demissões em massa no setor de tecnologia. No lado do consumo, também foi observado uma diminuição de ritmo, como vimos nos dados divulgados por lá. Por exemplo, as vendas no varejo caíram 1,1% em dezembro juntamente

com a queda de 0,5% nos preços do atacado quando comparado ao mês anterior. Seguindo essa linha, a produção industrial recuou 0,7% no fim do ano. Outro ponto de atenção foi o desempenho menos animador dos bancos americanos, reflexo dessa queda na atividade e de uma postura mais restritiva adotada pelo FED ao longo de 2022 – com objetivo de controlar a inflação. O paradoxo é que o panorama do 4T22 gerou condições mais favoráveis para a acomodação da inflação e o *soft landing* da política monetária.

Em contrapartida, o PIB chinês superou as expectativas de mercado e avançou 3% no ano de 2022, com um avanço de 2,9% no quarto trimestre do ano passado ante o mesmo período de 2021, principalmente pela flexibilização da abertura econômica na pandemia. O crescimento econômico do país é consequência das fortes vendas no varejo em dezembro estimulada pelo aumento nas vendas de automóveis, à produção industrial em alta e ao aumento dos investimentos em ativos fixos. Isso tudo é fruto de uma recuperação cíclica de crescimento devido a normalização contínua de viagens e negócios em detrimento do afrouxamento da política "Covid Zero" diminuindo os gargalos comerciais e promovendo a liberação parcial do excesso de poupança da população.

As combinações supracitadas fortaleceram o cenário de incerteza global que se arrastaram para o ano de 2023 indicando uma desaceleração econômica e possível recessão nas principais economias. Insegurança quanto a responsabilidade fiscal do novo governo no Brasil é o grande tema a ser observado.

Desempenho dos negócios

Na área de Assessoria Financeira, continuamos prestando diversos serviços, com destaque para os segmentos de fusões e aquisições, assessoria a conselhos e privatizações. Anunciamos 18 transações com um volume total de R\$9,4 bilhões no ano de 2022, lembrando que algumas transações não tiveram seu valor divulgado. No quarto trimestre, destaca-se a atuação da Companhia como assessor exclusivo do Casino na oferta secundária das ações do Assai.

A área de Mercado de Capitais manteve o forte desempenho na estruturação e distribuição de dívidas e continuou a implementação de sua estratégia de utilização de capital como garantia firme meio para diversificar suas estruturas e acessar novos produtos, principalmente debêntures. No ano de 2022, a área totalizou R\$ 5,65 bilhões em emissões estruturadas. No quarto trimestre de 2022, o BR Partners Banco de Investimento S.A. ("Banco") atuou como Coordenador Líder em 6 operações de emissão de CRIs, 4 operações de Fil, 1 operação de Debêntures e 1 operação de CCB totalizando mais de R\$ 1,28 bilhões emitidos.

A área de tesouraria para clientes (*Treasury Sales & Structuring*) apresentou um trimestre de forte geração de negócios, com um desempenho robusto das receitas, o que é explicado, principalmente, por operações estruturadas juntos a clientes de grande porte. No ano de 2022, o volume negociado de derivativos e câmbio atingiu R\$22,3 bilhões e a área conseguiu crescer consideravelmente sua carteira de clien-

tes, em especial, em clientes estratégicos e emissores recorrentes de mercado de capitais. A tesouraria comprovou sua capacidade de rentabilizar o capital levantado no IPO e, também, se aproveitou dos *upgrades de rating* que o Banco teve pelas agências Fitch e Moody's em meados de 2022, como forma de prospectar novos clientes e fortalecer o posicionamento de sua franquia.

No BR Partners Banco de Investimento S.A. ("Banco"), a Companhia continuou a crescer a carteira de ativos, principalmente nos CRI's e Debêntures originados pela área de Mercado de Capitais, e encerrou o quarto trimestre de 2022 com uma carteira de R\$1,5 bilhão de títulos privados e *Bridge Loans*. É importante ressaltar que 100% dessa carteira é composta por títulos de empresas que o BR Partners atua como estruturador das dívidas e analisa profundamente o risco de cada emissor. A soma dos volumes de ativos sob gestão do FIP Outlet e FIP Pet, geridos pela área de Investimentos, atingiu R\$377 milhões em dezembro de 2022, um crescimento de 5% em relação a dezembro de 2021.

Desempenho financeiro consolidado

As receitas totais atingiram R\$413,5 milhões em 2022, comparado a R\$367 milhões a 2021, refletindo crescimento de 13%. O lucro líquido atingiu R\$147,1 milhões, comparado a R\$138,7 milhões em 2021, representando aumento de 6% sobre o exercício anterior e um retorno sobre o patrimônio líquido de 18,7%. A Companhia encerrou o exercício com um patrimônio líquido de R\$804,2 milhões.

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos

A Companhia não tem política formal de reinvestimento por parte de seus acionistas e todos os reinvestimentos até aqui verificados foram deliberados pelos acionistas em sede de AGO/AGE.

A política de dividendos da Companhia prevê a distribuição anual do dividendo mínimo obrigatório no valor de 25%, contudo a Companhia pretende remunerar seus acionistas de acordo com a apuração dos resultados auferidos ao longo do exercício, enviando melhores esforços para distribuir dividendos a um percentual superior ao estabelecido pela legislação vigente.

Negócios sociais e principais fatos administrativos

A Companhia apoia, através das leis de incentivos fiscais, organizações não governamentais com projetos ligados principalmente à saúde, educação, esporte, diversidade e equidade de gênero. As ações sociais promovidas pela Companhia podem ser realizadas de forma pontual e/ou emergencial, como a arrecadação de cestas básicas e doações de computadores para entidades filantrópicas. No quarto trimestre de 2022, realizamos o aporte à projetos ligados as leis de incentivo, sendo eles Escola do Dinheiro (Fundo para Infância e da Adolescência), Bial, Bossa Nova e OSESP (Lei Federal de Incentivo à Cultura), Rede Tênis Brasil (Lei Federal do Incentivo ao Esporte) e Hospital do Amor de Barretos (Fundo do Idoso).

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021		Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021		
Ativo									
Caixa e equivalentes de caixa	5	1	1	77.470	94.132				
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado	6a	91.660	88.488	6.361.883	2.368.744				
- Títulos públicos				5.727.370	1.803.817				
- Títulos privados			1.165	445.733	325.438				
- Cotas de fundos de investimento		91.660	87.323	188.780	239.489				
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6b			780.966	257.594				
- Títulos privados				746.216	230.759				
- Cotas de fundos de investimento				34.750	26.835				
Instrumentos financeiros derivativos	7a			267.367	149.852				
Ativos financeiros ao custo amortizado	8a			274.999	81.568				
- Operações de crédito				237.537	56.823				
- Outros ativos financeiros ao custo amortizado				37.462	24.745				
Dividendos a receber		36.526	82.817						
Outros ativos	20b	164	337	22.144	57.856				
Ativo fiscal diferido		3.060	3.060	24.957	28.154				
Investimentos em controladas	10	692.842	650.380						
Imobilizado	11			46.596	4.721				
Intangíveis	12			14.673	5.360				
Total do ativo		824.253	825.083	7.871.055	3.047.981				
Passivo									
Passivos financeiros ao custo amortizado									
- Recursos de operações compromissadas	14							6.744.705	1.959.050
- Recursos de clientes	14							4.983.415	1.228.129
- Recursos de emissão de títulos	14							1.297.012	671.744
- Outros passivos financeiros								459.930	59.177
Instrumentos financeiros derivativos	7a							4.348	-
Valores a pagar		4.856	42.873					113.837	70.478
- Fornecedores	13a	449	540					82.549	150.192
- Outros valores a pagar	13b	4.407	42.333					3.348	50.137
Impostos a recolher		102	191					79.201	100.055
Passivo fiscal corrente								15.135	7.170
Passivo fiscal diferido	20b	15.078	14.813					34.596	40.801
Total do passivo		20.036	57.877	7.066.838	2.280.775			76.016	53.084
Patrimônio líquido									
Capital social	15a	674.940	669.243					674.940	669.243
Reserva de capital		(30.193)	(28.963)					(30.193)	(28.963)
Reserva de lucros		163.828	128.689					163.828	128.689
Outros resultados abrangentes		(4.358)	(1.763)					(4.358)	(1.763)
Total do patrimônio líquido		804.217	767.206	804.217	767.206			804.217	767.206
Total do passivo e patrimônio líquido		824.253	825.083	7.871.055	3.047.981				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA: EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Fluxos de caixa de atividades operacionais				
Lucro líquido	147.101	138.660	147.101	138.660
Ajustes para:				
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa			2.870	18.892
Perda por redução ao valor recuperável			(249)	(76)
Depreciações e amortizações		151	4.458	1.437
Impostos diferidos	265	1.538	26.129	14.182
Provisão para contingências			694	272
Resultado de participações em controladas	(154.031)	(143.555)		
Outros ajustes				2
Lucro líquido ajustado	(6.665)	(3.206)	181.003	173.369
Varição em:				
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	(3.172)	(18.367)	(3.993.139)	(1.828.395)
Instrumentos financeiros derivativos			(74.156)	(56.741)
Ativos financeiros ao custo amortizado				
- Operações de crédito			(180.465)	(27.945)
- Outros ativos financeiros ao custo amortizado		120	(12.717)	32.068
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes			(525.966)	(257.594)
Tributos a recuperar	(17)	(96)	(10.760)	24.359
Pagamentos antecipados	190	(93)	3.393	(5.518)
Outros ativos			43.079	(48.091)
Valores a pagar – fornecedores	(91)	2.358	(46.789)	49.562
Passivos financeiros ao custo amortizado				
- Recursos de operações compromissadas			3.755.286	1.228.129
- Recursos de clientes			625.268	418.875
- Recursos de emissão de títulos			400.753	52.156
- Outros passivos financeiros			4.348	(29.616)
Valores a pagar sociedades ligadas		(93)		(4)
Impostos a recolher	(89)	(3.657)	66.912	36.180
Outros valores a pagar	(1.420)		(15.597)	26.807
Caixa gerado pelas (utilizadas nas) atividades operacionais	(11.264)	(23.034)	220.453	(212.399)
Imposto de renda e contribuição social pagos			(65.152)	(51.082)
Caixa líquido gerado (utilizados nas) atividades operacionais	(11.264)	(23.034)	155.301	(263.481)
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aumento de investimento Companhia investida		(354.200)		
Dividendos recebidos	147.729	42.561		
Alienação de investimento em controladas	7.536			
Aquisição de imobilizado de uso			(45.669)	(3.526)
Aquisição de intangível			(9.977)	(277)
Caixa gerado (utilizado nas) atividades de investimento	155.265	(311.639)	(55.646)	(3.803)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recursos provenientes de emissão de ações	5.697	400.400	5.697	400.400
Custos na emissão de ações	(1.230)	(30.904)	(1.230)	(30.904)
Passivo de arrendamento			30.554	(1.463)
Dividendos pagos	(148.468)	(34.827)	(148.468)	(34.827)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	(144.001)	334.669	(113.447)	333.206
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		(4)	(13.792)	65.922
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	5	94.132	47.102
Efeito das mudanças das taxas de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa			(2.870)	(18.892)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1	1	77.470	94.132
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		(4)	(13.792)	65.922

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS: EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021 (1)
Receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros	2.098	3.214	3.427.169	2.063.752
Despesas de juros e perdas em instrumentos financeiros	(1.702)	-	(3.264.712)	(1.946.981)
Resultado líquido de juros e ganhos (perdas) em instrumentos financeiros	396	3.214	162.457	116.771
Receitas de prestação de serviços	16	-	251.046	262.400
Despesas de serviços técnicos especializados	-	(1.166)	-	(12.537)
Outras receitas	-	18	-	394
Total de receitas (despesas) de prestação de serviços	-	(1.148)	251.046	250.257
Total de receitas	396	2.066	413.503	367.028
Despesas de pessoal	(4.223)	(8.028)	(85.278)	(84.283)
Despesas administrativas	18	(2.693)	42	(53.728)
Despesas tributárias	19	-	(793)	(39.049)
Reversão (perda) por redução ao valor recuperável	-	-	249	76
Outras despesas	-	-	833	-
Outras despesas	(145)	(322)	(3.158)	(1.112)
Despesas operacionais	(7.061)	(9.101)	(180.131)	(148.068)
Resultado não operacional	-	2	(1.152)	107
Resultado antes dos tributos sobre o lucro e resultados de equivalência patrimonial	(6.665)	(7.033)	232.220	219.067
Resultado de equivalência patrimonial	10	154.031	143.555	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	147.366	136.522	232.220	219.067
Tributos sobre o lucro	20a	(265)	2.138	(85.119)
Lucro líquido do exercício	147.101	138.660	147.101	138.660
Resultado				



BR PARTNERS

BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

demonstrados ao valor justo com as alterações no valor justo reconhecidas em componente destacado de "Outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, com exceção das perdas de crédito esperadas e juros destes ativos os quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

ii. Identificação e avaliação de Impairment

Modelo de perdas em créditos esperadas: O CPC 48/IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros não classificados como VJR, com base em 12 meses ou por toda a vida da operação. Na avaliação do modelo de perdas em crédito esperadas, a Companhia adotou os critérios de *default* e aumento significativo de risco de crédito e levou em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas esperadas, as características de risco de crédito das operações, seus segmentos de atuação e dos clientes, sua taxa histórica de inadimplência, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área da atuação da Companhia.

Para o critério de *default* a Companhia adota 90 dias de atraso, quanto ao critério de aumento significativo de nível de risco, a Companhia considera o diferencial de dois pontos para cima entre a classificação inicial de nível de risco da operação e a avaliação de nível de risco atual. Esse diferencial pode ser dado pela avaliação do *rating* do cliente pela Área de Crédito com a posterior aprovação em Comitê de Crédito. A Companhia avalia o perfil de risco de cada cliente sempre levando em consideração os seguintes tópicos, entre outros aspectos: i) perfil da empresa; ii) setor de atuação; iii) desempenho macroeconômico; e iv) estrutura da operação e suas garantias.

c. Instrumentos financeiros derivativos e Hedge Accounting

Derivativos

A utilização dos derivativos está de acordo com sua Política de Gestão de Riscos. Essas operações são registradas e custodiadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. A área de gestão de riscos monitora diariamente o enquadramento do Grupo aos parâmetros definidos na Política de Riscos. Essa política tem como objetivo estabelecer a tolerância do Comitê de Gestão do Grupo BR Partners às exposições ao risco de mercado, definir as técnicas para efetivamente gerenciar, mitigar e prevenir a exposição excessiva ao risco de mercado. O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado com base nos preços de mercado dos seus ativos-objetos (*mark-to-market*). Diariamente são verificadas as oscilações das variáveis de mercado que influenciam no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, e são incorporadas automaticamente em seu valor. As informações utilizadas para fontes oficiais e a metodologia de apuração respeita o que foi aprovado internamente pela Diretoria e área de riscos. As operações atualmente têm como objetivo compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos e são contabilizadas pelo valor justo em contas patrimoniais, com os ganhos e as perdas realizadas e não realizadas reconhecidas no resultado do exercício. Os valores dos contratos ou valores referenciais são registrados em contas de compensação.

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As operações que utilizam instrumentos financeiros para *hedge* de carteira, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor justo, com os ganhos e as perdas, realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado.

Hedge Accounting

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para fins de *Hedge Accounting* estão registrados no Banco, classificado como *Hedge* de valor justo, baseado na estratégia de mitigar riscos de taxas de juros das captações, operando com contratos futuros de DI e DAP, como forma de compensar as exposições às variações no valor justo. Os riscos protegidos e os seus limites são definidos em comitê. O Banco determina a relação entre os instrumentos e objetos de *hedge* de forma que se espere que o valor de mercado desses instrumentos esteja em sentidos opostos e nas mesmas proporções. O índice de *hedge* estabelecido é sempre de 100% do risco protegido. As operações de *hedge* foram avaliadas como efetivas, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%.

Para avaliar a eficácia da estratégia, o Grupo adota a metodologia do "*dollar offset method*", que consiste em calcular a diferença entre a variação do valor justo do instrumento de *hedge* versus a variação no valor justo do objeto de *hedge* atribuído às alterações na taxa de juros.

O Grupo mantém estrutura de *hedge* de valor justo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, conforme evidenciado na nota explicativa 7e.

d. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração. A depreciação de ativos é calculada usando o método linear para alocar custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada como segue:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Instalações	10 anos
Móveis e equipamentos de uso	10 anos
Direito de uso de imóvel (1)	10 anos
Equipamentos de informática e telefonia	5 anos

(1) Inclui ativos subjacentes identificados nos contratos de arrendamento reconhecidos no escopo da norma CPC06/IFRS 16.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

e. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são representados pela licença adquirida para operar e exercer as atividades privativas de Instituições Financeiras anteriormente realizadas pelo Banco Porto Seguro S.A. no processo de cisão parcial registrada na Ata de Assembleia de Sócios do dia 30 de abril de 2012, e registrado na BR Partners Participações Financeiras Ltda. controladora do BR Partners Banco de Investimento S.A.. Esses ativos são mensurados ao valor justo, deduzido pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

As licenças de *software* adquiridas também fazem parte do intangível e são demonstradas pelo custo histórico menos amortização e perdas por *impairment* acumuladas. A amortização é conforme contrato de aquisição e podem variar ou até mesmo serem indeterminadas, quando determinada é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças de *software* adquiridas durante a vida útil estimada em contrato.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Softwares e outros intangíveis	1 a 5 anos
Ágio – licença adquirida	Indeterminado

f. Passivos financeiros

Os passivos são demonstrados pelos fluxos de caixa conhecidos ou calculáveis, deduzido das correspondentes despesas a apropriar e acrescido dos encargos e variações monetárias (em base "pro-rata") e cambiais incorridos até a data de encerramento do balanço.

g. Tributos sobre lucros

As despesas de tributos sobre lucros compreendem o imposto de renda ("IRPJ") e contribuição social ("CSLL") correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Para a Controladora e demais empresas exceto o BR Partners Banco de Investimento S.A. e BR Partners Gestão de Recursos Ltda., o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Para o Banco a provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício; a provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 20% sobre o lucro tributável. Em 14 de julho de 2021 foi promulgada a Lei 14.183, que alterou a Lei 7.689/88, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelas pessoas jurídicas

do setor financeiro, passando a vigorar com alíquota de 25% até o dia 31 de dezembro de 2021. Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115, convertida na Lei nº 14.446, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelos Bancos, passando de 20% para 21%, com efeito até 31 de dezembro de 2022.

Para a Gestão de Recursos utiliza-se o método do lucro presumido para o cálculo do imposto de renda e da contribuição social, aplicando as taxas nominais sobre o lucro presumido apurado com base em suas receitas operacionais e sobre suas receitas financeiras, sendo 32% de presunção de lucro, 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 60 por trimestre e 9% para a contribuição social, respectivamente. Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor na data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Os créditos tributários sobre diferenças temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

h. Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

A ICPC 22/IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (IAS 32 – *Income Taxes*) ("CPC 32/IAS 12") quando houver incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro.

i. Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados conforme segue:

Ativos contingentes: é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão sob controle total do Grupo. Não haverá registro de ativos contingentes nos livros contábeis do Grupo.

Passivos contingentes: são constituídos levando em conta, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais. Sempre que a perda for avaliada como provável o Grupo provisiona a integralidade do processo, para perda avaliada como possível, apresenta-os em nota explicativa, e para perda avaliada como remoto, não há divulgação nas demonstrações financeiras. Obrigações legais – fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os registros de processo judicial de natureza ativa e passiva no âmbito cível, tributário e trabalhista estão apresentados na nota explicativa 22b.

j. Arrendamento

O Grupo adotou o CPC 06(R2)/IFRS 16 – arrendamento utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial foi reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Conforme CPC 06(R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação. Assim, a Companhia passa a reconhecer os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os imóveis e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de pagar o arrendamento de tais imóveis.

Como resultado da aplicação do CPC 06(R2), apresentamos os valores na Nota explicativa 11.

k. Capital social

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas têm prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital, em caso de liquidação, até o valor do capital representado por essas ações preferenciais e o direito de receber um dividendo mínimo obrigatório de acordo com as diretrizes do Estatuto Social da Companhia, bem como pela Lei 6.404/76.

l. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

m. Receita de contrato com cliente

Para as receitas de contrato com o cliente é utilizado o CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com os clientes, usando o método de efeito cumulativo (sem expediente prático). Essa norma estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita deve ser reconhecida, substituindo o CPC 30/IAS 18 Receitas.

A Companhia avaliou seus contratos com clientes. A Companhia não identificou obrigações de execução distintas relevantes nas prestações de serviços e concluiu não haver impacto significativo para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. O reconhecimento de receita ocorre no momento que o serviço é concluído e entregue ao cliente, geralmente por ocasião da conclusão dos trabalhos.

Reconhecimento de receitas com prestação de serviços

A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços bem como o atingimento das obrigações por desempenho estabelecidos em contrato. Determinar o momento da transferência de controle – em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo.

Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes:

Tipo de serviço	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho	Política de reconhecimento da receita
Comissão, estruturação e colocação de títulos – <i>Treasury Sales & Structuring</i>	Comissão sobre colocação e intermediação de títulos no mercado e por diversos tipos de serviços financeiros. Atua na estruturação e distribuição de produtos financeiros desenvolvidos especificamente de acordo com as necessidades de cada cliente.	A receita é reconhecida em um momento específico do tempo, no momento da colocação do título, por meio de taxas e percentuais de comissão contratuais, sendo também estipulado em contrato a data de pagamento.
Administração e gestão de ativos	A BR Partners assessora seus clientes no processo de gestão de ativos e administração de carteiras de fundos.	O reconhecimento da receita se dá ao longo do tempo, pelo recebimento mensal de taxas de gestão cobradas pelo serviço prestado.
Assessoria e consultoria financeira – <i>Investment Banking</i>	A BR Partners oferece serviços de consultoria financeira e estratégica relacionada a fusões e aquisições, captação de recursos, parcerias estratégicas, <i>joint ventures</i> e reestruturação societária.	O reconhecimento da receita se dá, em um momento específico do tempo, quando há o atingimento das obrigações por desempenho estabelecidos em contrato. Reconhecimento da receita se dá ao longo do tempo, pelas obrigações firmadas em contrato, na assessoria financeira e apoio na reestruturação dos negócios.

n. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente e as informações sobre o julgamento são revisadas anualmente pelas áreas da Administração.

Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da controladora e suas controladas em continuarem operando normalmente e está convencida de que essas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras em CPC/IFRS foram preparadas com base nesse princípio.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nossas demonstrações financeiras consolidadas consistem, principalmente, em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, incluindo derivativos e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O valor justo de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Os instrumentos financeiros são categorizados dentro de uma hierarquia com base no nível mais baixo de informação, que é significativo para a mensuração do valor justo. Para instrumentos classificados como Nível 3, utilizamos nosso próprio julgamento para chegar a mensuração do valor justo.

Baseamos as nossas decisões de julgamento no nosso conhecimento e observações dos mercados relevantes para os ativos e passivos individuais e esses julgamentos podem variar com base nas condições de mercado. Ao aplicar o nosso julgamento, analisamos uma série de preços e volumes de transação de terceiros para entender e avaliar a extensão das referências de mercado disponíveis e julgamento ou modelagem necessária em processos com terceiros. Com base nesses fatores, determinamos se os valores justos são observáveis em mercados ativos ou se os mercados estão inativos. A imprecisão na estimativa de informações de mercado não observáveis pode impactar o valor da receita ou perda registrada para uma determinada posição. Além disso, embora acreditemos que nossos métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles de outros participantes do mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para determinar o valor justo de certos instrumentos financeiros pode resultar em uma estimativa de valor justo diferente na data de divulgação. Para uma discussão detalhada da determinação do valor justo de instrumentos financeiros, vide Nota 3o.

Ativos fiscais diferidos

Os créditos tributários sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração nas projeções de lucros futuros e determinação da expectativa do tempo de realização.

Redução ao valor recuperável do ágio ("impairment")

O Grupo avalia se o valor contábil corrente do ágio sofreu redução ao seu valor recuperável, pelo menos uma vez ao ano. O primeiro passo do processo exige a identificação de unidades geradoras de caixa ("UGCs") independentes e a alocação de ágio para essas unidades.

A modelagem econômico-financeira foi conduzida de forma a demonstrar sua capacidade de geração de caixa estimada no período considerado sob plenas condições operacionais e administrativas, com as seguintes premissas:

- O fluxo de caixa livre foi projetado analiticamente para um período de 8 anos e considerada a perpetuidade após 2027, com crescimento nominal de 5,7%;
- Para o período anual, foi considerado o ano fiscal de 1 de janeiro até 31 de dezembro;
- Para o cálculo do valor presente, foi considerada a convenção de meio ano (*mid-year Convention*) ou seja, considera-se que os fluxos de caixa são gerados linearmente ao longo do ano e que, portanto, a metade do ano (*mid-year point*) é aquele que melhor representa o ponto médio de geração de caixa da Companhia;
- O fluxo foi projetado em moeda corrente e o valor presente calculado com taxa de desconto nominal (considerado a inflação).

A taxa de desconto foi calculada pela metodologia *Capital Asset Pricing Model* ("CAPM"), na qual o custo de capital é estimado com base no retorno estimado exigido pelos acionistas da Companhia.

O cálculo do valor operacional é a partir do fluxo de caixa dos dividendos projetados para os próximos 8 anos e do valor residual do Banco a partir de então (considerando uma taxa de crescimento na perpetuidade "g" de 6,5%), descontados estes valores a valor presente, utilizando a taxa de desconto nominal. O valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros para um período de 8 anos e perpetuidade.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou o teste anual de *impairment* da sua UGC e não apurou perdas sobre os valores contabilizados.

Passivos contingentes

As provisões são revisadas regularmente e são constituídas levando em conta, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais. Sempre que a perda for avaliada como provável o Grupo provisiona a integralidade do processo.

o. Estimativa de valor justo

A Companhia classifica o valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – A avaliação utiliza informações, além dos preços cotados incluídas no Nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3 – A avaliação utiliza informações significativas que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

i. Classificação contábil e valores justos

Controladora	VJR	Custo Amortizado	Total	Nível	Nível	Nível	Saldo em 31/12/2022
				1	2	3	
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	–	1	1	–	–	–	–
Cotas de Fundos de Investimento	91.660	–	91.660	–	–	–	91.660
Dividendos a receber	–	36.526	36.526	–	–	–	–
Total	91.660	36.527	128.187	–	–	–	91.660
Controladora	VJR	Custo Amortizado	Total	Nível	Nível	Nível	Saldo em 31/12/2021
				1	2	3	
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	–	1	1	–	–	–	–
Certificado de depósitos bancários	–	1.165	1.165	–	–	–	–
Cotas de Fundos de Investimento	87.323	–	87.323	–	–	–	87.323
Dividendos a receber	–	82.817	82.817	–	–	–	–
Total	87.323	83.983	171.306	–	–	–	87.323

continua ...





BR PARTNERS

BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	VJR	VJORA	Custo			Saldo em 31/12/2022
			amortizado	Total	Nível 1	
Ativos financeiros						
Títulos públicos						
- Letras financeiras do tesouro (LFT)	229.326	-	-	229.326	229.326	-
- Notas do tesouro nacional (NTN-B)	5.498.044	-	-	5.498.044	5.498.044	-
Derivativos						
- Swap	241.819	-	-	241.819	-	241.819
- NDF (non-deliverable forward)	15.053	-	-	15.053	-	15.053
- Opções	1.657	-	-	1.657	-	1.657
- Futuros	8.838	-	-	8.838	8.838	-
Títulos privados						
- Certificados de recebíveis imobiliários						
- Certificados de recebíveis do agronegócio	257.652	419.527	-	677.179	-	677.179
- Debêntures	52.967	30.746	-	83.713	-	83.713
- Cédula do produto rural	135.114	212.721	-	347.835	-	347.835
- Notas comerciais	-	49.704	-	49.704	-	49.704
- Futuros	-	33.518	-	33.518	-	33.518
Cotas de fundo de investimento						
- Cotas de fundo de investimento em participações (1)	75.947	-	-	75.947	-	75.947
- BR Partners Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (2)	15.712	-	-	15.712	-	15.712
- Cotas de fundo de investimento imobiliário	57.407	-	-	57.407	57.407	-
- Cotas de fundo de investimento em direitos creditórios	39.714	34.750	-	74.464	-	74.464
Operações de crédito e outros créditos						
- Operações de crédito e outros créditos	-	-	237.537	237.537	-	-
Outros ativos financeiros ao custo amortizado						
- Serviços a receber	-	-	35.269	35.269	-	-
- Reembolso de clientes	-	-	30	30	-	-
- Outros	-	-	7.176	7.176	-	-
- Caixa e equivalentes de caixa	-	-	77.470	77.470	-	-
Total	6.629.250	780.966	357.482	7.767.698	5.793.615	1.524.942
Passivos financeiros						
- Recursos de clientes	-	-	1.297.012	1.297.012	-	-
- Recursos de emissão de títulos	-	-	459.930	459.930	-	-
- Recursos de operações compromissadas	-	-	4.983.415	4.983.415	-	-
- Outros passivos financeiros	-	-	4.348	4.348	-	-
Derivativos						
- Swap	66.790	-	-	66.790	-	66.790
- NDF (non-deliverable forward)	32.497	-	-	32.497	-	32.497
- Opções	2.762	-	-	2.762	-	2.762
- Futuros	11.788	-	-	11.788	11.788	-
Total	113.837	-	6.744.705	6.858.542	11.788	102.049

Consolidado	VJR	VJORA	Custo			Saldo em 31/12/2021
			amortizado	Total	Nível 1	
Ativos financeiros						
Títulos públicos						
- Letras financeiras do tesouro (LFT)	131.611	-	-	131.611	131.611	-
- Letras do tesouro nacional (LTN)	49.982	-	-	49.982	49.982	-
- Notas do tesouro nacional (NTN-B)	1.622.224	-	-	1.622.224	1.622.224	-
Derivativos						
- Swap	87.253	-	-	87.253	-	87.253
- NDF (non-deliverable forward)	41.024	-	-	41.024	-	41.024
- Futuros	21.575	-	-	21.575	21.575	-
Títulos privados						
- Certificados de recebíveis imobiliários						
- Certificados de recebíveis do agronegócio	260.126	147.589	-	407.715	-	407.715
- Debêntures	15.823	83.170	-	98.993	-	98.993
- Cotas de fundo de investimento em participações (1)	49.489	-	-	49.489	-	49.489
- Cotas de fundo de investimento imobiliário	87.323	-	-	87.323	-	87.323
- Cotas de fundo de investimento em direitos creditórios	125.332	-	-	125.332	125.332	-
- Operações de crédito	26.834	26.835	-	53.669	-	53.669
Outros ativos financeiros ao custo amortizado						
- Serviços a receber	-	-	19.667	19.667	-	-
- Reembolso de clientes	-	-	335	335	-	-
- Outros	-	-	4.743	4.743	-	-
- Outros ativos financeiros	48.091	-	-	48.091	-	48.091
- Caixa e equivalentes de caixa	-	-	94.132	94.132	-	-
Total	2.566.687	257.594	175.700	2.999.981	1.950.724	786.234
Passivos financeiros						
- Recursos de clientes	-	-	671.744	671.744	-	-
- Recursos de emissão de títulos	-	-	59.177	59.177	-	-
- Recursos de operações compromissadas	-	-	1.228.129	1.228.129	-	-
Derivativos						
- Swap	11.357	-	-	11.357	-	11.357
- NDF (non-deliverable forward)	21.566	-	-	21.566	-	21.566
- Futuros	37.555	-	-	37.555	37.555	-
Total	70.478	-	1.959.050	2.029.528	37.555	32.923

(1) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foi emitido Laudo de Avaliação para o BR Partners Outlet Premium Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (“FIP Outlet”), por empresa especializada e, também, através de avaliação interna, com o objetivo de suportar a avaliação da Administração em respeito ao valor de mercado dos investimentos. Foi adotado como metodologia o fluxo de caixa descontado para a determinação do valor justo dos investimentos. A Companhia detém 29% de participações no Fundo que tem por objetivo obter rendimentos através de investimentos de longo prazo, mediante a aplicação de recursos que exerçam atividades relacionadas ao setor de centros comerciais (shopping center) da categoria outlet.

(2) Em novembro de 2022 o BR Partners Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (“BR FIM”) adquiriu o fundo BR Partners Pet Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. O Fundo mantém em sua carteira substancialmente aplicações em fundos de investimentos em participações. Os laudos de avaliação são emitidos por empresa especializada e, também, através de avaliação interna, com o objetivo de suportar a avaliação da Administração em respeito ao valor de mercado dos empreendimentos.

ii. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo – Nível 2

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado (títulos públicos e privados)	Títulos públicos: A metodologia utilizada para o cálculo de valor justo dos títulos públicos consiste em capturar as taxas e curvas divulgadas pelo mercado para cada vencimento de título público, obtendo assim o <i>MM</i> (<i>Mark to Market</i>) ao multiplicar pela quantidade existente em carteira. Títulos privados: A metodologia utilizada para o cálculo de valor justo dos títulos privados consiste em capturar as taxas dos respectivos indexadores (Pré, CDI, IPCA, IGPM, etc.), calcula-se então os juros e o valor futuro das operações multiplicando pelo principal, e após capturar suas respectivas curvas, obtém-se então o <i>MM</i> trazendo a valor presente pela respectiva curva no vencimento do título.	Não aplicável	Não aplicável

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Instrumentos financeiros derivativos (Swap, NDF)	Modelos de Swap: O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pós-fixadas são baseadas em taxas cotadas de Swap, preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir de fontes similares e que reflete a taxa de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado para esta finalidade ao precificar Swap de taxa de juros. A estimativa do valor justo está sujeita a um ajuste de risco de crédito que reflete o risco de crédito do Grupo e da contraparte, calculado com base nos spreads de crédito derivados de <i>Credit Default Swaps</i> ou preços atuais de títulos negociados. Swap de fluxo de caixa: o valor justo (<i>MM</i>) corresponderá ao somatório dos <i>MIMs</i> de cada fluxo (conforme metodologia descrita acima), onde a data de início e de vencimento dos fluxos serão aplicadas em substituição a data inicial e de vencimento da operação, e também o saldo remanescente em substituição ao principal. NDF: O produto NDF (<i>Non Deliverable Forward</i>), ou mesmo Contrato a Termo, é um contrato de balcão de compra e venda futura de um ativo objeto, por paridade negociada entre as partes. Por ser um contrato de balcão, o tamanho do contrato, bem como a data de vencimento são livremente pactuados entre os participantes. Ademais, a liquidação se dá exclusivamente por diferença (liquidação financeira) entre o preço de mercado na data de vencimento do contrato (ou outras datas, no caso de asiático) e o preço acordado (no caso de posição comprada para posição vendida, é o oposto), não havendo, desta forma, a entrega física do ativo objeto. O valor justo de uma NDF é obtido estimando um valor futuro com base no preço atual do ativo objeto, levado até o vencimento pelas respectivas curvas construídas a partir de fontes similares e que refletem as taxas de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado e trazidas a valor presente pela respectiva curva de mercado.	Não aplicável	Não aplicável
Instrumentos financeiros derivativos (Opções)	O valor justo (preço) de uma opção, ou seja, o seu prêmio é dado pela possibilidade de exercício da mesma. De um modo mais específico, ele é dado pela possibilidade imediata de exercício ou pela possibilidade de ser exercida posteriormente. Assim, o apremiação do prêmio consiste em dois tipos de valores, respectivamente: • Valor intrínseco: que só existe quando o valor do ativo no mercado à vista for superior ao preço de exercício no caso de opção de compra e ao contrário para a opção de venda. Portanto, uma opção <i>in-the-money</i> possui valor intrínseco. • Valor temporal: é a diferença entre o prêmio e o valor intrínseco da opção. De modo que esse valor depende do preço do ativo objeto, tempo de vencimento da opção, da volatilidade esperada das cotações do ativo objeto, da taxa de juros e no caso da ação como ativo objeto, os dividendos esperados como demonstrado abaixo: Preço do ativo objeto: de acordo com a relação do preço do ativo objeto no mercado à vista com o preço de exercício da opção, as opções podem ser classificadas como: i. Opção <i>in-the-money</i> (dentro do dinheiro): preço do ativo objeto é superior ao preço de exercício da opção no caso da opção de compra e inferior no caso da opção de venda; ii. Opção <i>at-the-money</i> (no dinheiro): preço do ativo objeto é igual ao preço de exercício da opção para opção de compra e venda; iii. Opção <i>out-of-the-money</i> (fora do dinheiro): preço do ativo objeto é inferior ao preço de exercício da opção para opção de compra e superior para opção de venda. • Tempo: quanto maior o tempo para o vencimento da opção, maior é o valor do prêmio, pois maior será a probabilidade de exercício; • Volatilidade: quanto maior e mais frequentes as oscilações de preço, maior será a imprevisibilidade de exercício e, portanto, maior será o risco do lançador o que decorre em um prêmio maior também; • Taxa de Juros: representa o custo de oportunidade de adquirir o ativo objeto, de modo que quanto maior esse custo do dinheiro mais vantajoso se torna comprar a opção do que comprar diretamente o ativo objeto. No caso da opção de compra essa relação é inversa. • Dividendo: quanto maior é a expectativa do pagamento de dividendos maior será o benefício de adquirir a ação e, portanto, maior será o prêmio da opção. O valor temporal reduz-se gradualmente até atingir o valor zero na data de vencimento da opção.	Não aplicável	Não aplicável

iii. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo – Nível 3

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado – Cotas de fundo de investimento em participações	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos futuros esperados, descontado por uma taxa ajustada ao risco.	Os fundos de investimentos em participações que possuem investimentos em companhias de empreendimentos imobiliários nas quais dependem de fatores não observáveis de mercado, que utiliza entre outras premissas as expectativas e projeções de resultados futuros, taxas de crescimento, taxas de descontos e taxas de inflação entre outros.	O valor justo estimado poderia aumentar (diminuir) se: - o fluxo de caixa esperado fosse maior (menor); ou - a taxa de desconto ajustada ao risco fosse menor (maior).

iv. Conciliação dos valores justos de Nível 3

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação de todos os ativos e passivos mensurados ao valor justo, de maneira recorrente, usando dados não observáveis relevantes (Nível 3) durante os anos de 2022 e 2021:

	VJR FIP Outlet	VJR BR FIM (1)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	70.121	-	70.121
Aquisição de cotas	-	12.000	12.000
Varição líquida no valor justo	5.212	(10)	5.202
Saldo em 31 de dezembro de 2021	75.333	11.990	87.323
Aquisição de cotas	-	4.000	4.000
Varição líquida no valor justo	614	(278)	336
Saldo em 31 de dezembro de 2022	75.947	15.712	91.659

(1) Vide nota de rodapé apresentado na nota explicativa 3o (i).

v. Análise de sensibilidade dos ativos financeiros classificados como Nível 3

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. Dada a subjetividade descrita acima e o pequeno número desses instrumentos na carteira da Companhia, a análise de sensibilidade é executada individualmente para cada instrumento financeiro.

4. Gerenciamento de risco

No curso normal de suas operações, o Grupo é exposto a diversos riscos financeiros, sendo divididos em: mercado, crédito, liquidez e gestão de capital. As políticas de gestão de risco do Grupo visam definir um conjunto de princípios, diretrizes e responsabilidades que norteiam as atividades pertinentes ao gerenciamento de riscos, alinhado com a estratégia de negócios das empresas que fazem parte do Grupo BR Partners. Esses riscos contam com uma estrutura de políticas e com os seguintes comitês: Comitê de Risco e Compliance, Comitê de Crédito, Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) e Comitê de *Underwriting*, observando-se as suas responsabilidades e atribuições. Para a efetividade do gerenciamento de risco, a estrutura prevê a identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e a correlação entre os riscos. Os limites são monitorados pela área de Gestão de Riscos. A área Gestão de Riscos se reporta diretamente à Diretoria, atuando, portanto, de forma independente das áreas de negócio.

a. Limites operacionais

A Gestão de Capital é exercida pela Administração do Grupo BR Partners e visa assegurar que a análise da suficiência do capital (índice de baseleia) seja feita de maneira independente e técnica, levando em consideração os riscos existentes e os inseridos no planejamento estratégico. As empresas que compõem o Conglomerado Prudencial do Grupo BR Partners são: BR Partners Banco de Investimento S.A. (“Banco”) e pelos fundos de investimento exclusivos, Total Fundo de

continua ...





BR PARTNERS

BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Investimento Multimercado Investimento no Exterior – Crédito Privado ("Total FIM") e BR Partners Capital ("BR Capital").

	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Consolidado		
Patrimônio de referência	663.360	632.783
Patrimônio de referência nível I	663.360	632.783
Capital principal	663.360	632.783
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	2.727.479	1.834.927
Risco de Crédito	1.316.057	874.706
Risco de Mercado	1.172.206	850.558
Risco Operacional	239.216	109.663
Índice de Basileia	24,32%	34,49%
Nível I (IN1)	24,32%	34,49%
Capital principal (ICP)	24,32%	34,49%

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os limites estão enquadrados de acordo com o mínimo requerido pelo Banco Central do Brasil.

b. Risco de Mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas devido às flutuações adversas dos preços, taxas de mercado, ações e mercadorias ("commodities"), sobre as posições da carteira do Grupo. Define-se o gerenciamento de risco de mercado como o processo contínuo de identificação, mensuração, avaliação, mitigação, monitoramento e o reporte das exposições decorrentes de posições detidas em câmbio, taxas de juros, ações e mercadorias ("commodities"), com o objetivo de mantê-las dentro dos limites regulatórios e gerenciais que são estabelecidos nos respectivos comitês e reportado à Diretoria. São utilizadas as principais métricas usuais de mercado como: VaR ("Value at Risk"), análise de sensibilidade e *Stress Testing*. O IRRBB ("Interest Rate Risk of Banking Book") é definido como o risco de impacto, na forma de movimentos adversos, nos instrumentos que a instituição detenha na carteira *Banking*. Os riscos da carteira *Banking* são apurados e reportados mensalmente através da metodologia Delta NII, conforme estabelecido pelo regulador e diariamente é controlado seu limite através das abordagens de valor econômico ("Economic Value of Equity" – EVE), além da análise de sensibilidade, tanto em condições de monitoramento diário quanto sob condições de *Stress Testing*. A análise de sensibilidade para as operações sujeitas a risco de mercado inicia-se classificando estas operações de acordo com suas características (respectivos fatores de Risco), na carteira de não negociação ("Banking") ou na carteira de negociação ("Trading"). Para a carteira

i. Carteira Trading.

Exposição	Fatores de risco	Saldo em 31/12/2022			Saldo em 31/12/2021		
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	4	101	201	1	35	71
Índice de preços	Exposições sujeitas às variações de taxas dos cupons de índices de preços	2	41	81	2	52	105
Cupom cambial	Exposições sujeitas às variações de taxas dos cupons de moedas estrangeiras	1	22	45	1	24	48
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	–	2	6	1	21	41
Total sem correlação		7	166	333	5	132	265
Total com correlação		7	166	333	5	132	265

ii. Carteira Banking:

Exposição	Fator de Risco	Saldo em 31/12/2022			Saldo em 31/12/2021		
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	60	1.489	2.979	28	691	1.382
Índice de preços	Exposições sujeitas às variações de taxas dos cupons de índices de preços	64	1.602	3.204	71	1.785	3.570
Total		124	3.091	6.183	99	2.476	4.952

A Política de Risco de Mercado, anualmente revisada, define a estrutura de gerenciamento do risco de mercado. Esta política indica os princípios gerais do gerenciamento do risco de mercado e tem como objetivo estabelecer a tolerância das exposições, de modo a efetivamente gerenciar, mitigar e prevenir a exposição ao risco de mercado.

c. Risco de crédito

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, a desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A mensuração e o acompanhamento das exposições ao risco de crédito abrangem todos os instrumentos financeiros capazes de gerar risco de contraparte, tais como títulos privados, derivativos, garantias prestadas, eventuais riscos de liquidação das operações, entre outros. O Grupo avaliou que o risco de crédito dos ativos financeiros não aumentou significativamente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, com relação aos contratos com cliente.

O Risco de Crédito é monitorado utilizando, principalmente, as seguintes métricas:

- Exposição potencial futura para derivativos;
- Exposição corrente de crédito (valor presente das operações);
- Enquadramento nos limites de risco de crédito, tanto individuais e consolidados; e
- Concentração da carteira, segregando as operações por tipo de produto, prazo, grupo econômico, tamanho, setor de atuação e região geográfica.

O risco de crédito do Grupo decorre das operações estruturadas como Debêntures, Cédulas de Crédito Bancário ("CCB"), Cédulas de Crédito Imobiliários ("CCI"), Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI"), Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), Cédula do Produto Rural ("CPR"), Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC") e Notas Comerciais. Adicionalmente, a fim de oferecer proteção de caixa para os fluxos dos clientes, a Companhia também realiza operações com instrumentos financeiros derivativos. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes. O critério adotado para a inadimplência parte da análise inicial da qualidade de crédito da contraparte, estimando um *rating* para o cliente, o limite a ser concedido ao cliente e as garantias que serão exigidas de acordo com o risco que o cliente representa e com base nestes dados são estimadas as perdas decorrentes de inadimplência daquela contraparte.

A Companhia avaliou que o risco de crédito dos ativos financeiros não aumentou significativamente na data do relatório, com relação aos contratos com cliente. Para os títulos privados, o Grupo avaliou o risco de crédito e concluiu que a perda por redução do valor recuperável é de R\$ 6.717 para os próximos 12 meses. No nível da controladora não há nenhum saldo a ser divulgado na demonstração financeiras.

Reversão por redução do valor recuperável sobre ativos financeiros e de contrato reconhecidos no exercício foram:

	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Consolidado		
Reversão por redução do valor recuperável de ativos financeiros ao custo amortizado – resultado	249	55
Total	249	55

Qualidade do crédito dos ativos financeiros

i. Exposição ao risco de crédito

Controladora	Ativo financeiro ao custo amortizado	Saldo em	
		31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	brAAA (1)	1	1
Consolidado			
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado			
Títulos públicos		5.727.370	1.803.817
brAAA		5.727.370	1.803.817
Títulos privados		445.733	325.438

Trading (Carteira de Negociação), utiliza-se como metodologia para análise de sensibilidade o choque paralelo nas respectivas curvas de juros ("DV01"), observando-se o comportamento das exposições e os *gaps* de cada fator de risco. A carteira de não negociação caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão dos ativos (carteira de crédito) e passivos (carteira de captação) do Grupo. A carteira *Banking* utiliza como metodologia para análise de sensibilidade o choque paralelo nas respectivas curvas de juros, observando-se o comportamento das exposições e os *gaps* de cada fator de risco.

Apresentação dos valores de VaR (no ano)

(R\$ mil)	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
VaR Fechamento	265	1.215
-Média VaR	1.005	381
-Máximo VaR	4.340	2.084
-Mínimo VaR	162	60

Para analisar a sensibilidade foram definidos cenários que serão aplicados nas operações contidas na carteira *Trading* e *Banking*, considerando as variações que afetariam negativamente nossas posições, as operações e os dados de mercado das respectivas datas. Destaca-se ainda, que dadas as projeções observadas no mercado ("Focus"), o cenário mais provável considerado pela Companhia será o cenário 1.

Os choques utilizados em cada um dos cenários estão descritos abaixo:

- Cenário 1: Choque de 1% nas volatilidades das séries e curvas de mercado, ou seja, com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 5,45 foi utilizado um cenário de R\$ 5,5045, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 8,90% foi aplicado um cenário de 8,91%;
- Cenário 2: Choque de 25% nas séries e curvas de mercado, ou seja, com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 25 pontos base para taxa de juros e 25% de variação para preços. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 5,45 foi utilizado um cenário de R\$ 6,8125, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 8,90% foi aplicado um cenário de 9,15%; e
- Cenário 3: Choque de 50% nas séries e curvas de mercado, ou seja, com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 50 pontos base para taxa de juros e 50% de variação para preços. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 5,45 foi utilizado um cenário de R\$ 8,175, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 8,90% foi aplicado um cenário de 9,40%.

Exposição	Saldo em 31/12/2022			Saldo em 31/12/2021		
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de juros em reais	4	101	201	1	35	71
Índice de preços	2	41	81	2	52	105
Cupom cambial	1	22	45	1	24	48
Moeda estrangeira	–	2	6	1	21	41
Total sem correlação	7	166	333	5	132	265
Total com correlação	7	166	333	5	132	265

Exposição	Saldo em 31/12/2022			Saldo em 31/12/2021		
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de juros em reais	60	1.489	2.979	28	691	1.382
Índice de preços	64	1.602	3.204	71	1.785	3.570
Total	124	3.091	6.183	99	2.476	4.952

	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Consolidado		
AA	42.156	61.616
A	165.262	177.999
B	238.315	85.823
Fundos de investimentos	39.714	26.834
B	11.096	26.834
C	28.618	–

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Títulos privados	746.216	230.759
AA	15.456	20.992
A	337.060	164.745
B	393.700	45.022
Fundos de investimentos	34.750	26.835
AA	5.168	–
C	29.582	26.835

Ativo financeiro ao custo amortizado

	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	77.470	94.132
brAAA (1)	48.951	28.851
AA	28.519	65.281
Operações de crédito e outros	274.999	81.568
AA	212.345	46.920
A	16.441	–
B	8.751	9.903
Contrapartes sem classificação externa de crédito (2)	2.193	5.078

Contas a receber e outros ativos financeiros

Contrapartes sem classificação externa de crédito (2) 35.269 19.667

(1) Os *ratings* foram baseados na avaliação de mercado de escala nacional pela S&P – Standard & Poor's Financial Services LLC.

(2) Independentemente da classificação externa de crédito da empresa, a Área de Crédito efetua a avaliação do *rating* interno do cliente com a posterior aprovação em Comitê de Crédito, para os casos em que haja risco de crédito envolvido. O Grupo avalia o perfil de risco de cada cliente sempre levando em consideração os seguintes tópicos: i) perfil de negócios e financeiro da empresa; ii) setor de atuação; iii) desempenho econômico-financeiro; iv) estrutura da operação e suas garantias; e entre outros aspectos.

ii. Análise dos estágios:

As taxas de perda são calculadas por meio do uso do método de "rolagem" com base na probabilidade de um valor a receber segregadas por estágios

	Total contábil em 31/12/2022	3 meses ou menos	3-12 meses	1-3 anos	Mais que 3 anos	Saldo Projetado
Passivos financeiros						
- Valores a pagar	3.348	3.348	–	–	–	3.348
- Recursos de clientes	1.297.012	389.104	804.147	181.582	51.880	1.426.713
- Recursos de emissão de títulos	459.930	179.965	28.037	97.215	–	305.217
- Recursos de operações compromissadas	4.983.415	4.983.415	–	–	–	4.983.415
- Passivo de arrendamento	30.554	1.352	5.410	16.691	28.020	51.473
Derivativos						
- Swap	66.790	–	–	9.351	135.584	144.935
- NDF (non-deliverable forward)	32.497	5.200	25.348	4.875	–	35.423
- Opções	2.762	193	2.790	–	–	2.983
- Futuros	11.788	10.727	943	118	–	11.788
Total	6.888.096	5.573.304	866.675	309.832	215.484	6.965.295

	Total contábil em 31/12/2021	3 meses ou menos	3-12 meses	1-3 anos	Mais que 3 anos	Saldo Projetado
Passivos financeiros						
- Valores a pagar	53.244	53.244	–	–	–	53.244
- Recursos de clientes	671.744	87.327	423.199	228.392	–	738.918
- Recursos de emissão de títulos	59.177	286	15.070	52.894	–	68.250
- Recursos de operações compromissadas	1.228.129	1.228.129	–	–	–	1.228.129
Derivativos						
- Swap	11.357	–	–	909	18.057	18.966
- NDF (non-deliverable forward)	21.566	4.098	10.783	7.332	–	22.213
- Futuros	37.555	5.258	3.379	7.887	–	54.079
Total	2.082.772	1.378.342	452.431	297.414	55.612	2.183.799

sucessivos de inadimplência até a baixa total da operação.

O Grupo registra as perdas de crédito esperadas em seus ativos financeiros não classificados como VJR, com base em classificações por 3 estágios, sendo o primeiro referente às perdas esperadas pelo período de 12 meses e os demais por toda a vida da operação.

Na avaliação do modelo de perdas esperadas, foram adotados critérios para caracterizar *default* e aumento significativo de risco de crédito. Foram levados em consideração o procedimento atual de provisão para perdas com devedores duvidosos; as características de risco de crédito das operações; sua taxa histórica de inadimplência; estimativas futuras de perdas e indicadores aplicáveis à área da atuação.

A BR Partners adota 90 dias de atraso para o critério de *default*. Quanto ao critério de aumento significativo de nível de risco, considera o diferencial de dois pontos para cima entre a classificação inicial de nível de risco da operação e a avaliação de nível de risco atual. Essa variação do nível de risco é dada pela avaliação do *rating* do cliente pela Área de Crédito com a posterior aprovação em Comitê de Crédito.

A qualidade de crédito de cada cliente é avaliada de forma julgamental, baseada em fatores qualitativos e quantitativos, incluindo o perfil de risco do negócio e financeiro da empresa, setor de atuação e desempenho econômico-financeiro. Além disso, leva em consideração informações prospectivas, a estrutura da operação e suas garantias, entre outros aspectos.

A classificação dos ativos financeiros é realizada por estágios, da seguinte forma: **Estágio 1** – São estabelecidas as perdas de crédito esperadas para o máximo de 12 meses, assim que um ativo financeiro é originado ou adquirido. Este estágio se aplica aos ativos financeiros sem aumento significativo no risco de crédito e sem problemas de recuperação de crédito.

Estágio 2 – Perdas de crédito esperadas ao longo de toda a vida do instrumento financeiro. Este estágio se aplica aos ativos financeiros com aumento significativo no risco de crédito em relação ao momento que foram originados, mas que ainda não são considerados com problemas de recuperação.

Estágio 3 – Perdas permanentes de crédito esperadas para ativos com problemas de recuperação de crédito: Aplicável aos ativos financeiros considerados com problemas de recuperação de crédito devido à ocorrência de um ou mais eventos que impactam os seus fluxos de caixa futuros estimados. Na hipótese de aquisição de ativos financeiros com problemas de recuperação, tais ativos se enquadram nesse estágio.

Um ativo financeiro poderá migrar de estágio se apresentar deterioração significativa do nível de risco de crédito. Na hipótese de melhora do risco de crédito em estágio subsequente, com uma reversão do risco significativo detectado anteriormente, o ativo poderá voltar para o estágio anterior, caracterizando o processo de cura, a menos que seja um ativo adquirido com problemas de recuperação de crédito na origem.

Análise dos estágios:

	Saldo em 31/12/2022			
	Estágio 1	Impairment	Estágio 2	Estágio 3
Cédula de Crédito Imobiliário	114.292	(32)	–	–
Certificados de Recebíveis Imobiliários	422.315	(2.660)	–	–
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	30.856	(110)	–	–
Cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	35.665	(915)	–	–
Debêntures	215.233	(2.020)	–	–
Notas comerciais	33.857	(339)	–	–
Cédula do produto rural	50.206	(502)	–	–
Cédulas de Crédito Bancário	123.416	(139)	–	–
Total	1.025.840	(6.717)	–	–

Saldo em 31/12/2021

</



BR PARTNERS

BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e. Risco cambial

O Grupo está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, majoritariamente com relação ao Dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre, principalmente, de operações futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, se o Real tivesse variado em 10% em relação ao Dólar ou ao Euro, sendo mantidas todas as outras variáveis constantes, o

lucro líquido do período não apresentaria nenhuma variação significativa em Reais, em decorrência da exposição líquida não significativa. Um resumo da exposição ao risco cambial do Grupo, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo, destacando-se que os valores em reais podem ser diferentes dos números apresentados nas informações financeiras intermediárias devido as regras de contabilização conterem divergências das regras de exposição gerencial (valores em BRL):

	Saldo em 31/12/2022		Saldo em 31/12/2021	
	R\$ (Real)	US\$ (Dólar)	€ (Euro)	Total
Exposição em Moedas Estrangeiras	(50.218)	43.971	6.247	—
Derivativos				
Swap	70.330	(70.330)	—	—
NDF	(1.203.472)	1.230.879	(27.407)	—
Opções	7.502	(7.502)	—	—
Futuros	1.172.517	(1.196.824)	24.307	—
Total	(3.341)	194	3.147	(4.423)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Controladora		
Bancos – Conta corrente e caixa (1)	1	1
Total	1	1
Consolidado		
Bancos – Conta corrente e caixa (1)	5	3.607
Reservas livres	570	1.387
Disponibilidades em moedas estrangeiras (1)	48.376	60.287
Aplicações em compromissadas (2)	28.519	28.851
Total	77.470	94.132

(1) Os saldos de recursos em bancos são registrados pelos valores depositados no Banco Itaú S.A., JP Morgan Chase N.Y., JP Morgan Chase Frankfurt e Bradesco Cayman.

(2) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as aplicações compromissadas estavam com data de revenda para o dia 3 de janeiro de 2023 e 3 de janeiro de 2022, respectivamente.

6. Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

	Valor de mercado/ contábil	
	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Controladora		
Títulos Privados	—	1.165
- Certificados de Depósitos Bancários	—	1.165
- Cotas de Fundos de Investimento	91.660	87.323
- BR Partners Outlet Premium Fundo de Investimento em Participações (4)	75.947	75.333
- BR Partners Fundo de Investimento Multi-mercado Crédito Privado	15.713	11.990
Total	91.660	88.488
Consolidado		
Títulos públicos (1)	5.727.370	1.803.817
- Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	229.326	131.611
- Letras do Tesouro Nacional (LTN)	—	49.982
- Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	5.498.044	1.622.224
Títulos privados	445.733	325.438
- Certificados de Recebíveis Imobiliários (2)	257.652	260.126
- Certificados de Recebíveis do Agronegócio (3)	52.967	15.823
- Debêntures (7)	135.114	49.489
- Cotas de fundos de investimento	188.780	239.489
- Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário	57.407	125.332
- BR Partners Outlet Premium Fundo de Investimento em Participações (4)	75.947	75.333
- Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (5)	39.714	26.834
- BR Partners Fundo de Investimento Multi-mercado Crédito Privado	15.712	11.990
Total	6.361.883	2.368.744

	Valor de mercado/ contábil	
	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Controladora		
Títulos Públicos	—	—
- Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	—	—
- Letras do Tesouro Nacional (LTN)	—	—
- Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	5.498.044	1.622.224
Títulos privados	445.733	325.438
- Certificados de Recebíveis Imobiliários (2)	257.652	260.126
- Certificados de Recebíveis do Agronegócio (3)	52.967	15.823
- Debêntures (7)	135.114	49.489
- Cotas de fundos de investimento	188.780	239.489
- Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário	57.407	125.332
- BR Partners Outlet Premium Fundo de Investimento em Participações (4)	75.947	75.333
- Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (5)	39.714	26.834
- BR Partners Fundo de Investimento Multi-mercado Crédito Privado	15.712	11.990
Total	6.361.883	2.368.744

b. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

	Valor de mercado/ contábil	
	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Controladora		
Títulos privados	746.216	230.759
- Certificados de Recebíveis Imobiliários (2)	419.527	147.589
- Certificados de Recebíveis do Agronegócio (3)	30.746	83.170
- Cédula do Produto Rural (6)	49.704	—
- Debêntures (7)	212.721	—
- Notas Comerciais	33.518	—
- Cotas de Fundos de Investimento	34.750	26.835
- Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (5)	34.750	26.835
Total	780.966	257.594

(1) Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia ("SELIC") do Banco Central do Brasil, cujo valor de mercado foi calculado através dos preços divulgados pela ANBIMA.

(2) Os Certificados de Recebíveis Imobiliários são classificados como Valor Justo por meio do Resultado ("VJR") ou Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA") e estão registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão), cuja valorização é efetuada por IPCA ou CDI + taxa de juros prefixadas.

(3) Os Certificados de Recebíveis do Agronegócio são classificados como Valor Justo por meio do Resultado ("VJR") ou Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA") e estão na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão), cuja valorização é efetuada por IPCA ou CDI + taxa de juros prefixadas.

(4) A carteira do BR Partners Outlet Premium Fundo de Investimento em Participações é composta substancialmente por ações da BR Partners Bahia Empreendimentos Imobiliários S.A., BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A., BR Partners Investimentos Imobiliários S.A., BR Partners Outlet Brasília S.A. e BR Partners Outlet Premium Fortaleza S.A.. Os valores das aplicações foram apurados e contabilizados com base em valor justo, mediante emissão de laudo técnico em fevereiro de 2022.

(5) As cotas de fundos de investimento em direitos creditórios são classificadas como Valor Justo por meio do Resultado ("VJR") ou Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"), e reconhecidos inicialmente a valor justo.

(6) As Cédulas de Produto Rural classificados como Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"), são reconhecidos inicialmente a valor justo e os ganhos e perdas são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes". Esses títulos privados são registrados e custodiados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, e sua valorização está atrelada ao CDI.

(7) As debêntures estão registradas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e estão classificadas ao Valor Justo por meio do Resultado ("VJR") e Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"), sendo remuneradas a 100% do IPCA ou CDI + cupom de juros.

7. Instrumentos financeiros derivativos – Consolidado

a. Composição por indexador

	Saldo em 31/12/2022			
	Ativo		Passivo	
	Valor a receber	Valor nominal	Valor a pagar	Valor nominal
Swap	241.819	5.270.428	(66.790)	1.485.811
IPCA x CDI	17.881	150.000	—	—
CDI x Dólar	59.964	505.074	(9.008)	116.208
CDI x IPCA	163.554	4.503.889	(23.724)	844.603
Dólar x CDI	—	—	(26.814)	200.000

	Saldo em 31/12/2022		Saldo em 31/12/2021	
	Valor a receber	Valor nominal	Valor a pagar	Valor nominal
CDI x CDI	420	111.465	—	—
Pré x CDI	—	—	(7.244)	325.000
NDF	15.053	748.518	(32.497)	1.369.038
Dólar x Pré	3.726	316.489	(26.485)	978.845
Pré x Dólar	11.327	432.029	(5.071)	365.396
Pré x Euro	—	—	(941)	24.797
Opções	1.657	160.360	(2.762)	130.568
Compra de opção de compra	1.015	85.253	—	—
Compra de opção de venda	642	75.107	—	—
Venda de opção de compra	—	—	(2.000)	100.882
Venda de opção de venda	—	—	(762)	29.686
Futuros	8.838	1.299.673	(11.788)	1.972.351
Posição comprada	962	1.033.756	(904)	518.682
DAP	85	267.359	(202)	327.227
DDI	106	13.950	—	—
DI1	771	752.447	—	79.274
DOL	—	—	(702)	112.181
Posição vendida	7.876	265.917	(10.884)	1.453.669
DAP	5	67.791	(113)	83.461
DDI	1.165	186.438	(4.563)	558.658
DI1	—	—	(107)	183.322
WDO	73	11.688	(14)	18.634
DOL	—	—	(5.026)	609.594
Commodities	6.633	—	(1.061)	—
Total	267.367	7.478.979	(113.837)	4.957.768

	Saldo em 31/12/2021		Saldo em 31/12/2021	
	Valor a receber	Valor nominal	Valor a pagar	Valor nominal
Swap	87.253	2.450.047	(11.357)	685.791
IPCA x CDI	14.982	150.000	—	—
CDI x Dólar	29.759	466.637	(1.056)	40.791
CDI x IPCA	40.110	1.633.410	(10.301)	645.000
Dólar x CDI	2.402	200.000	—	—
NDF	41.024	1.001.991	(21.566)	868.053
Dólar x Pré	10.176	205.976	(10.745)	706.901
Pré x Dólar	13.149	731.046	(10.449)	141.022
Commodities	17.699	64.969	(372)	20.130
Futuros	21.575	(308.431)	(37.555)	748.104
Posição comprada	853	714.387	(17.851)	1.475.414
DAP	304	293.648	(433)	363.140
DDI	—	—	(5.691)	276.751
DI1	532	263.466	(8)	225.295
WDO	—	—	(11.719)	610.228
DOL	17	157.273	—	—
Posição vendida	20.722	(1.022.818)	(19.704)	(727.310)
DAP	—	—	(54)	(22.329)
DDI	5.646	(271.803)	—	—
DI1	7	(4.725)	(5)	(621.654)
WDO	1	(1.292)	—	—
DOL	15.068	(744.998)	—	—
Commodities	—	—	(19.645)	(83.327)
Total	149.852	3.143.607	(70.478)	2.301.948

As garantias dadas nas operações de instrumentos financeiros derivativos junto à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, são representadas por títulos públicos federais e totalizam R\$ 235.401 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 99.947 em 31 de dezembro de 2021), registradas como vinculadas à prestação de garantias.

b. Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

	Saldo em 31/12/2022		
	Valor de custo	Ganhos/ (Perdas) não realizados	Ajuste de Risco de Crédito
Ativo			
Swap	(54.687)	298.007	(1.501)
NDF	3.938	11.193	(78)
Opções	2.102	(442)	(3)
Futuros	8.838	—	—
Total	(39.809)	308.758	(1.582)
Passivo			
Swap	(91.550)	24.613	147
NDF	(31.803)	(758)	64
Opções	(2.884)	118	4
Futuros	(11.788)	—	—
Total	(138.025)	23.973	215

	Saldo em 31/12/2021		
	Valor de custo	Ganhos/ (Perdas) não realizados	Ajuste de Risco de Crédito
Ativo			
Swap	27.980	59.713	(440)
NDF	35.358	5.269	397
Futuros	21.575	—	—
Total	84.913	64.982	(43)
Passivo			
Swap	(23.486)	12.129	—
NDF	(19.228)	(2.279)	(59)
Futuros	(37.555)	—	—
Total	(80.269)	9.850	(59)

	Controlador direto (1)		Coligadas e controladas (2)		Total	
	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Valores a receber	—	—	36.526	82.817	36.526	82.817
Cotas de fundos	—	—	91.660	87.323	91.660	87.323
Ativos financeiros	—	—	—	1.165	—	1.165
Valores a pagar	(2.720)	(21.328)	—	—	(2.720)	(21.328)
Resultado						
Receita de juros	—	—	59	439	59	439
Resultado de aplicação em fundo de investimento	—	—	2.080	2.701	2.080	2.701

c. Composição por vencimentos

	Saldo em 31/12/2022				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativo					
Swap	838	995	33.127	206.859	241.819
NDF	8.320	5.116	1.617	—	15.053
Opções	931	726	—	—	1.657
Futuros	1.260	102	7.074	402	8.838
Total	11.349	6.939	41.818	207.261	267.367
Passivo					
Swap	—	(1)	(54.581)	(12.208)	(66.790)
NDF	(9.976)	(18.599)	(3.922)	—	



BR PARTNERS

BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controlador direto (1)		Coligadas (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Consolidado								
Ativo/(Passivo)								
Cotas de fundos	-	-	91.660	87.323	-	-	91.660	87.323
Certificado de depósito a prazo - Recursos de clientes (4)	(4)	(3)	(9.716)	(9.821)	(1.051)	(505)	(10.771)	(10.329)
Letras de Crédito Imobiliário (5)	-	-	-	-	(9.680)	(5.774)	(9.680)	(5.774)
Letras de Crédito do Agronegócio (6)	-	-	-	-	(3.590)	-	(3.590)	-
Valores a pagar	(2.720)	(21.328)	-	-	-	-	(2.720)	(21.328)
Resultado								
Receita de aplicação em fundo de investimento	-	-	2.080	2.701	-	-	2.080	2.701
Despesa de juros	(69)	(69)	(1.566)	(439)	(1.427)	(352)	(3.062)	(860)

- (1) BR Partners Holdco Participações S.A.
 (2) Demais empresas do Grupo BR Partners, BR Partners Outlet Premium Fundo de Investimento em Participações e BR Partners Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado.
 (3) Membros do Conselho de Administração e Diretoria.
 (4) Representado por captações realizadas pelo BR Partners Banco de Investimento S.A., com vencimento em até 8 de dezembro de 2025 à taxa variável de 100% a 115% do DI.
 (5) Representado por captações realizadas pelo BR Partners Banco de Investimento S.A., com vencimento em até 9 de maio de 2028 à taxa varia entre 94% a 100% do DI + 1% a.a..
 (6) Representado por captações realizadas pelo BR Partners Banco de Investimento S.A., com vencimento em até 22 de agosto de 2023 à taxa variável de 94% a 100% do DI.

As taxas de remuneração acima apresentadas, referem-se às operações existentes em 31 de dezembro de 2022.

a. Remuneração do pessoal-chave

	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Controladora		
Pró-labore	1.220	1.688
Encargos sociais	244	365
Total	1.464	2.053
Consolidado		
Pró-labore	18.345	3.826
Encargos sociais	3.669	793
Total	22.014	4.619

O pessoal-chave da Administração é representado pela diretoria estatutária e diretoria regida pela Consolidação das Leis do Trabalho ("CLT") da Companhia que, além dos dividendos decorrentes de suas participações na BR Partners Holdco Participações S.A., recebem uma remuneração pelos serviços prestados na Companhia, que é registrada em Despesas Administrativas.

b. Outras partes relacionadas

No consolidado, além das empresas apresentadas na nota explicativa 10, acrescentamos: BR Partners Bahia Empreendimentos Imobiliários S.A., BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A., BR Partners Investimentos Imobiliários S.A., BR Partners Outlet Brasília S.A. e BR Partners Outlet Premium Fortaleza S.A., que são investimentos que compõem a carteira do BR Partners Outlet Premium Fundo de Investimento em Participações gerido pela BR Partners Gestão de Recursos Ltda.. Adicionalmente, o BR Partners Pet S.A. e BR Partners Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado também são considerados como parte relacionada no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

c. Outras informações

São consideradas como partes relacionadas:
 • Diretores e membros dos conselhos administrativos da Companhia, bem como os respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; e
 • Pessoas físicas ou jurídicas que possuam participação superior a 10% do capital social na Companhia.

10. Investimentos em controladas

i. Controladas diretas

• BR Partners Assessoria Financeira Ltda.

Empresa prestadora de serviços de assessoria e consultoria financeira, particularmente em finanças corporativas, incluindo fusões, aquisições, vendas, incorporações, cisões, reestruturações societárias e demais operações de intermediação de participações societárias, dentro e fora do território nacional, e a participação no capital de outras sociedades de qualquer natureza, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou quotista.

• BR Partners Gestão de Recursos Ltda.

Prestadora de serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários e de gestão de recursos de terceiros, a atuação nos mercados financeiros e de capitais como gestor ou administrador de fundos de investimento em geral, nos termos da regulamentação aplicável e a participação em outras sociedades como sócia, quotista ou acionista, no Brasil e no exterior, quaisquer que sejam seus objetos.

• BR Partners Participações Financeiras Ltda.

Empresa detentora de participações societárias no BR Partners Banco de Investimento S.A. na qualidade de sócia, acionista ou quotista.

ii. Controladas indiretas

• BR Partners Europe B.V.

Empresa com sede em Amsterdam, Holanda, cujo objeto social são atividades de consultoria em gestão empresarial. A BR Partners Assessoria Financeira Ltda. realizou a aquisição da BR Partners Europe B.V. as informações estão apresentadas vide nota 22f.

• BR Partners Banco de Investimento S.A.

O Banco BR Partners tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à carteira de investimento e câmbio.

O Banco BR Partners é constituído sob a forma de sociedade por ações e domiciliado no Brasil, sendo controlado diretamente pela BR Partners Participações Financeiras Ltda. e indiretamente pela Companhia, holding do Grupo.

iii. Fundos de investimento ("Fundos exclusivos")

• Total Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior - Crédito Privado ("Total FIM")

O Total FIM foi constituído em 29 de dezembro de 2010 sob a forma de condomínio aberto, iniciou suas atividades em 10 de janeiro de 2011, com prazo indeterminado de duração. Destina-se, exclusivamente, a receber investimentos de seu único cotista, o Banco BR Partners, investidor qualificado e tem por objetivo proporcionar ao seu cotista, rentabilidade por meio das oportunidades oferecidas pelos mercados de taxa de juros pós-fixadas e prefixadas, índices de preço, moeda estrangeira, renda variável e derivativos, de forma que o Total FIM fique exposto a vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em nenhum fator especial. Trata-se de um fundo exclusivo da Companhia.

• BR Partners Capital ("BR Capital")

O BR Capital é um fundo domiciliado nas Ilhas Cayman, administrado pelo Banco Bradesco S.A., com prazo indeterminado de duração, cuja estratégia de investimento é obter rentabilidade em títulos e valores mobiliários, incluindo ações e títulos de dívida, moedas, opções, futuros e outros derivativos, com foco no mercado brasileiro. Trata-se de um fundo exclusivo da Companhia.

A Companhia possui em 31 de dezembro os seguintes investimentos:

	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Controladora		
BR Partners Assessoria Financeira Ltda.	1.220	670
BR Partners Assessoria de Mercados de Capitais e Dívidas Ltda. (1)	-	187
BR Partners Participações Financeiras Ltda.	689.622	638.897
BR Partners Gestão de Recursos Ltda.	2.000	2.000
BR Partners Europe B.V. (2)	-	8.626
Total	692.842	650.380

(1) A empresa BR Partners Assessoria de Mercados de Capitais e Dívidas Ltda. foi incorporada conforme mencionado na nota 22f.

(2) A empresa BR Partners Europe B.V. foi adquirida conforme mencionado na nota 22f.

O quadro a seguir demonstra a participação da Companhia em subsidiárias:

Controladora	Resultado de Dividendos		Outros resultados		Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	equivalência patrimonial	recebidos/ a receber	Alienação de investimentos (1)	
BR Partners Assessoria Financeira Ltda.	670	96.525	(96.524)	549	1.220
BR Partners Assessoria de Mercados de Capitais e Dívidas Ltda.	187	(4)	-	-	(183)
BR Partners Participações Financeiras Ltda.	638.897	52.924	-	(2.199)	689.622
BR Partners Gestão de Recursos Ltda.	2.000	4.914	(4.914)	-	2.000
BR Partners Europe B.V.	8.626	(328)	-	(945)	(7.353)
Total	650.380	154.031	(101.438)	(2.595)	692.842

Controladora	Resultado de Dividendos		Outros resultados		Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	equivalência patrimonial	recebidos/ a receber	resultados abrangentes (1) de Capital	
BR Partners Assessoria Financeira Ltda.	670	106.012	(106.012)	-	670
BR Partners Assessoria de Mercados de Capitais e Dívidas Ltda.	194	(7)	-	-	187
BR Partners Participações Financeiras Ltda.	253.547	32.830	-	(1.680)	638.897
BR Partners Gestão de Recursos Ltda.	2.000	5.380	(5.380)	-	2.000

Controladora	Resultado de Dividendos			Outros resultados		Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	equivalência patrimonial	recebidos/ a receber	resultados abrangentes (1)	Aumento de Capital	
BR Partners Europe B.V.	9.369	(660)	-	(83)	-	8.626
Total	265.780	143.555	(111.392)	(1.763)	354.200	650.380

(1) Representado por ajustes reflexos de avaliação patrimonial registrados no BR Partners Banco de Investimento S.A., bem como ajustes de conversão de investimentos no exterior relacionada a empresa BR Partners Europe B.V. (Adquirida pela BR Partners Assessoria Financeira Ltda., conforme mencionado na nota 22f).

11. Imobilizado

Não houve saldo de imobilizado na controladora referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Controladora	Valor custo em 31/12/2020	Valor Contábil em 31/12/2021	Aquisição/ (baixa)	Depreciação	Valor Contábil em 31/12/2021
Instalações (2)	4.562	127	-	(127)	-
Móveis e equipamentos de uso (2)	1.651	22	-	(22)	-
Outros (2)	74	2	-	(2)	-
Total	6.287	151	-	(151)	-

Consolidado	Valor custo em 31/12/2021	Valor Contábil em 31/12/2021	Aquisição/ (baixa)	Depreciação	Valor Contábil em 31/12/2021
Benefitórias em imóveis de terceiros (2)	9.944	1.545	8.740	(723)	9.562
Equipamentos de informática e telefonia (1)	8.146	3.096	1.251	(945)	3.402
Móveis e equipamentos de uso (2)	4.261	63	2.570	(181)	2.452

Consolidado	Valor custo em 31/12/2020	Valor Contábil em 31/12/2021	Aquisição/ (baixa)	Depreciação	Valor Contábil em 31/12/2021
Direito de uso de imóvel - adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) (2)/(3)	38.339	-	32.453	(1.900)	30.553
Outros (2)	775	17	655	(45)	627
Total	61.465	4.721	45.669	(3.794)	46.596

Consolidado	Valor custo em 31/12/2021	Valor Contábil em 31/12/2021	Aquisição/ (baixa)	Depreciação	Valor Contábil em 31/12/2021
Benefitórias em imóveis de terceiros (2)	4.565	126	-	(126)	-
Equipamentos de informática (1)	634	634	1.060	(149)	1.545
Móveis e equipamentos de uso (2)	4.865	1.317	2.417	(638)	3.096
Móveis e equipamentos de uso (2)	1.672	53	42	(32)	63
Direito de uso de imóvel - adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) (2)/(3)	5.886	1.464	168	(1.632)	-
Outros (2)	113	16	7	(6)	17
Total	17.735	3.610	3.694	(2.583)	4.721

(1) O prazo de depreciação é de 5 anos.

(2) O prazo de depreciação é de 10 anos.

(3) Inclui ativos subjacentes identificados nos contratos de arrendamento reconhecidos no escopo da norma IFRS 16/ CPC 06.

12. Intangíveis

Não houve saldo de intangível na controladora referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os quadros abaixo apresentam a movimentação do consolidado:

Consolidado	Valor custo em 31/12/2021	Valor Contábil em 31/12/2021	Aquisição/ (baixa)	Amortização	Valor Contábil em 31/12/2022
Licença de uso de software (1)	3.715	860	6	(227)	639
Ágio - licença adquirida	4.500	4.500	-	-	4.500
Outros intangíveis (2)	9.971	-	9.971	(437)	9.534
Total	18.186	5.360	9.977	(664)	14.673

Consolidado	Valor custo em 31/12/2020	Valor Contábil em 31/12/2021	Aquisição/ (baixa)	Amortização	Valor Contábil em 31/12/2021
Licença de uso de software (1)	4.190	1.068	278	(486)	860
Ágio - licença adquirida	4.500	4.500	-	-	4.500
Total	8.690	5.568	278	(486)	5.360

(1) Para os ativos intangíveis de licença de uso, é usado o prazo de amortização fixado em contrato.

(2) Formado, substancialmente, pelos gastos relacionados à plataforma digital desenvolvido no veículo BR Partners Banco de Investimento S.A..

13. Valores a pagar

a. Fornecedores

Referem-se a provisões de pagamentos a efetuar sobre fornecedores e serviços prestados.

	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021 (1)
Fornecedores a pagar	449	540	3.348	50.137
Total	449	540	3.348	50.137

(1) O aumento observado na rubrica consolidada de "Fornecedores a pagar" refere-se, majoritariamente, ao compromisso firme de compra de debêntures (compra a termo) no montante de R\$ 48.091, cuja liquidação ocorreu no dia 3 de janeiro de 2022.

b. Outros valores a pagar

	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Dividendos a pagar sociedades ligadas	2.720	39.225	2.720	39.225
Passivo de arrendamento (1)	-	-	30.554	-
Provisão a pagar despesas de pessoal	1.687	3.107	43.817	57.792
Provisão para contingência	-	-	1.478	1.468
Provisão para garantias de fianças prestadas (2)	-	-	53	373
Resultado de exercício futuro	-	-	273	564
Outros	-	1	306	633
Total	4.407	42.333	79.201	100.055

(1) O Grupo arrenda andares de prédio comercial e que tem duração de 10 anos. Em 31 de dezembro de 2022 os valores mínimos não canceláveis de arrendamentos estão apresentados entre 1 e 10 anos no valor de R\$ 30.554.

(2) Refere-se a comissões sobre avais e fianças que se encontram na carteira de crédito do BR Partners Banco de Investimento S.A. (Nota 22a).

14. Passivos financeiros

Depósitos, Captações de recursos e obrigações por empréstimos e repasses

Consolidado	Até 3 meses	4 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
	Recursos de clientes					
- Depósitos a Prazo (1)	251.678	691.161	223.468	-	1.166.307	671.744
- Depósitos Interfinanceiros	130.705	-	-	-	130.705	-
Recursos de operações compromissadas						
- Captações no mercado aberto (2)	4.983.415	-	-	-	4.983.415	1.228.129
Recursos de emissão de títulos						
- Letras de Crédito Imobiliário (3)	126.327	26.867	36.639	3.679	193.511	59.177
- Letras de Crédito do Agronegócio (4)	46.601	1.652	-	-	48.253	-
- Letras Financeiras (5)	-	35.804	182.361	-	218.166	-
Total	5.538.726	755.484	442.468	3.679	6.740.357	1.959.050

(1) Para os Certificado de Depósito Bancário ("CDB") prefixado a taxa de remuneração está entre 5,73% a 14,77% a.a. e para os CDB pós-fixado a taxa de remuneração é de 100% a 140% do DI, 100% DI + 0,68% a 1,61% a.a. e IPCA + 0,37% e 7,91% a.a..

(2) Para as operações compromissadas atreladas aos títulos públicos (NTN-B) a taxa de remuneração é de 13,65% a.a. e para os títulos privados (Debêntures, CRI e CRA) a taxa de remuneração está entre 93% do DI.

(3) Para as Letras de Crédito Imobiliário ("LCI") pós-fixadas a taxa de remuneração está entre 89% a 100% do DI e IPCA + 5,49



BR PARTNERS

BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	147.101	138.660
Quantidade média ponderada de ações emitidas	314.901	313.951
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)	0,47	0,44

d. Dividendos

Os acionistas terão direito a um dividendo mínimo obrigatório não cumulativo correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme definido no Artigo 191 da Lei das Sociedades por Ações, diminuído ou acrescido dos valores previstos no inciso I do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e observadas as disposições do inciso II e III do mesmo artigo, conforme aplicável.

A distribuição do dividendo mínimo não será obrigatória no exercício social em que o Conselho de Administração informar aos acionistas, com exposição justificada e aprovada por unanimidade, ser ela incompatível com a situação financeira da Companhia, caso em que poderá ser distribuída parcela do lucro líquido ou aprovada a sua retenção como reserva, conforme o caso. Os lucros que deixarem de ser distribuídos na forma deste parágrafo serão pagos assim que o permitir a situação financeira da Companhia, aplicando-se as disposições do artigo 202, § 5º da Lei das Sociedades por Ações.

	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Lucro líquido do exercício	147.101	138.660
Constituição de reserva legal	(7.355)	(6.933)
Lucro líquido ajustado	139.746	131.727

Destinações

	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Dividendo mínimo obrigatório (1)	–	32.932
Dividendos intercalares (2)	59.847	–
Dividendo adicional proposto (3)	31.499	52.115
Reservas para expansão e investimentos	48.400	46.680

(1) O montante de dividendo mínimo obrigatório apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi registrado na rubrica de "Outros valores a pagar" no passivo.

(2) Durante o exercício de 2022 a Companhia efetuou pagamento, em linha com os termos de seu Estatuto, de dividendos intercalares. Os valores pagos foram descontados da apuração do dividendo anual apurado com base no lucro líquido do exercício da Companhia.

(3) Em 31 de dezembro de 2022 foi registrado no patrimônio líquido o montante de R\$ 31.499 (R\$ 52.115 em 31 de dezembro de 2021) a título de dividendos adicionais propostos, conforme item 24 da Interpretação Técnica ICPC 08 (R1). Esse montante será objeto de deliberação na ocasião da Assembleia dos acionistas.

e. Dividendos de subsidiárias pagas à controladora

Os dividendos recebidos de suas subsidiárias estão compostos da seguinte forma:

	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
BR Partners Assessoria Financeira Ltda.	143.589	27.254
BR Partners Gestão de Recursos Ltda.	4.140	1.240
Total	147.729	28.494

f. Plano de outorgas de ações restritas

Em 1 de setembro de 2020, conforme a Ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o Plano de Outorgas de Ações Restritas da Companhia, onde poderá ser outorgado às pessoas elegíveis, no âmbito deste Plano, o direito ao recebimento de Ações Restritas representativas de, no máximo, 1,5% do total de ações em que se divide o capital social da Companhia naquela data. Não houve outorgas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

16. Receitas de prestação de serviços

A receita de serviços prestados está substancialmente representada por serviços de consultoria econômica e financeira e de comissões de intermediação de Títulos e Valores Mobiliários pelas empresas do Grupo, conforme relacionadas abaixo:

Consolidado	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021 (1)
-------------	---------------------	-------------------------

Controlada indireta

BR Partners Banco de Investimento S.A.

- Comissões e intermediação e estruturação de títulos

39.221 23.930

Controladas diretas

BR Partners Assessoria Financeira Ltda.

- Assessoria e consultoria financeira no país

206.173 231.468

BR Partners Gestão de Recursos Ltda.

- Gestão de recursos de terceiros

5.415 3.077

- Intermediação de negócios

237 3.925

Receitas de prestação de serviços

251.046 262.400

(1) Os saldos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram reapresentados de acordo com a nota explicativa 2e.

O resumo a seguir apresenta as receitas de prestação de serviço (receita de contratos com clientes) e as demais rubricas contábeis consolidadas que compõem o valor de total de receitas desagregadas por linha de negócio:

	Receitas de prestação de serviços	Despesas de serviços técnicos especializados	Resultado líquido de juros e ganhos (perdas) em instrumentos financeiros	Outras receitas	Total
--	-----------------------------------	--	--	-----------------	-------

Saldo em 31/12/2022

Saldo em 31/12/2021

Saldo em 31/12/2022

	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Controladora	32	–
Outras despesas tributárias	246	44
Outras despesas	2.693	1.779
Total	3.071	1.823

Reversão de despesas administrativas (1)

– (1.821)

2.693 (42)

Saldo em 31/12/2022 Saldo em 31/12/2021

460 671

Despesas de processamento de dados 7.046 5.344

Despesas de serviços do sistema financeiro 7.352 2.153

Despesas de promoções e relações públicas 1.627 2.609

Despesas com amortização e depreciação 4.458 3.069

Despesas de comunicações 3.466 2.146

Despesas de alugueis 3.126 1.763

Outras despesas tributárias 1.760 1.672

Despesas de propaganda e publicidade 1.536 804

Despesas de serviços de terceiros 15.161 1.832

Despesas de viagem 1.579 936

Despesas de condomínio 1.635 638

Despesas de manutenção e conservação de bens 423 382

Despesas de água, energia e gás 316 350

Despesas de serviços de segurança e vigilância 174 178

Despesas de transportes 175 111

Despesas com seguros 237 194

Despesas de material 283 209

Outras despesas 2.914 3.032

Total

53.728 28.093

Reversão de despesas administrativas (1)

– (3.752)

53.728 24.341

(1) Refere-se a custos com taxas e registros, consultorias e assessorias com a Oferta Pública (IPO), bem como outras despesas administrativas.

(2) Refere-se a despesas administrativas da controlada BR Partners Europe B.V.

19. Despesas tributárias

Os montantes de outras despesas são compostos da seguinte forma para os exercícios:

Consolidado	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
-------------	---------------------	---------------------

Receitas de prestação de serviços

- PIS 3.692 4.031

- COFINS 16.912 18.748

- ISS 12.398 13.028

Resultado de instrumentos financeiros líquido de juros

- PIS 777 350

- COFINS 5.270 2.251

Total

39.049 38.408

As informações comparativas estão sendo reapresentada devido à reclassificação. Veja notas explicativas 2e.

20. Tributos sobre lucros**a. Tributos correntes**

Controladora	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
--------------	---------------------	---------------------

Resultado antes da tributação sobre o lucro

Alíquota (25% de IR e 9% de CSLL) 147.366 136.522

Adições/(exclusões) permanentes (50.105) (46.417)

Adições/(exclusões) temporárias (330) (306)

Adições/(exclusões) de equivalência patrimonial 626 121

Diferido constituição/(reversão) do exercício 52.370 48.808

Prejuízo fiscal (265) 2.138

Despesa com IRPJ/CSLL

(265) 2.138

Consolidado

Saldo em 31/12/2022 Saldo em 31/12/2021

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social

Encargo total do imposto de renda e contribuição social as alíquotas vigentes 232.220 219.067

Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:

Adições/(exclusões) permanentes (78.955) (74.482)

Adições/(exclusões) temporárias 1.801 (2.624)

Outros valores (416) 798

Imposto de renda e contribuição social dos exercícios

Alíquota efetiva (7.549) (4.099)

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social correntes

Imposto de renda e contribuição social exercícios anteriores

1.670 –

Imposto de renda e contribuição social dos exercícios

(85.119) (80.407)

(1) Inclui basicamente: (i) equalização da alíquota de empresa não financeira tributada pelo lucro presumido (BR Partners Gestão de Recursos Ltda.); e (ii) diferença de alíquota de empresa financeira.

b. Tributos diferidos

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Realização (Baixa)	Saldo em 31/12/2022
--------------	---------------------	--------------	--------------------	---------------------

Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

3.060 – – 3.060

Total de ativo fiscal diferido

3.060 – – 3.060

Obrigações fiscais diferidas sobre ajuste a valor justo de ativos financeiros

14.813 (1.067) 802 15.078

Total de passivos diferidos

14.813 (1.067) 802 15.078

Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas

(11.753) (1.067) 802 (12.018)

Saldo em 31/12/2020

Constituição Realização Saldo em 31/12/2021

Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

– 3.060 – 3.060

Total de ativo fiscal diferido

– 3.060 – 3.060



BR PARTNERS

BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O montante de crédito tributário não registrado em 31 de dezembro de 2022 foi de Prejuízo Fiscal R\$ 11.684 (R\$ 9.801 em 31 de dezembro de 2021) e base negativa R\$ 4.472 (R\$ 3.596 em 31 de dezembro de 2021), os quais serão registrados quando apresentarem efetiva perspectiva de realização.

21. Segmentos operacionais

O Grupo possui um segmento reportável em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Esse segmento oferece serviços de bancos de investimentos, que são administrados e gerenciados de acordo com os produtos oferecidos.

O seguinte resumo das linhas de negócio do Grupo descreve os principais serviços prestados pelo segmento reportável do Grupo:

• **Investment Banking**

Oferece serviços de assessoria financeira e estratégica em transações de fusões e aquisições, vendas de participações, captação de recursos, parcerias estratégicas, reestruturações societárias e reestruturações financeiras. Desse modo, atua junto ao cliente na preparação dos materiais, levantamento de informações, modelagem financeira, estruturação do negócio, negociação de contratos e aconselhamento de acionistas e da administração em todas as etapas dos processos mencionados.

• **Mercado de capitais**

Assessora seus clientes na captação de recursos junto a investidores por meio de instrumentos de dívida. Atua na estruturação e distribuição de produtos financeiros desenvolvidos de acordo com as necessidades de cada cliente. A área participa ativamente durante todo o processo da estruturação dos instrumentos de dívida, de forma a orientar seus clientes da melhor forma possível.

• **Treasury Sales & Structuring**

Assessora e executa operações de câmbio, derivativos e fianças junto a seus clientes corporativos e institucionais. Atua na captação de recursos junto a clientes e terceiros utilizando seus produtos de tesouraria como CDBs, LCI/LCA e LFs. A área também é responsável pela gestão de tesouraria e *ALM (Asset and Liability Management)* e todos os acessos aos diferentes mercados primários de negociação local e internacional.

• **Investimentos**

Desenvolve novas teses de investimentos ilíquidos, negocia transações minoritárias, estrutura veículos de investimento, capta recursos de terceiros, aloca capital proprietário, presta serviços de gestão de recursos para os fundos e contribui para a estratégia de desenvolvimento das respectivas teses. Possui relacionamento com grande parte dos *family offices* brasileiros e base de investidores que comprometem capital de forma recorrente e permitem o acesso a negócios proprietários através da extensa rede de relacionamento com empresários locais.

• **Remuneração do Capital**

Concentra as receitas obtidas com a construção da carteira de crédito em TVM e créditos em transição. Adicionalmente remunera o capital pelas áreas que o utilizam (*e.g. Investments, Treasury Sales & Structuring*).

a. **Informações sobre o segmento reportável**

Considerando que o Grupo possui apenas um segmento reportável, as informações financeiras gerenciadas pela Administração são aquelas apresentadas no balanço patrimonial e demonstração de resultado.

b. **Segmentos geográficos**

As operações da Companhia são, substancialmente, realizadas no país (Brasil) e possui uma empresa com sede em Amsterdam, Holanda, cujo objeto social são atividades de consultoria em gestão empresarial. Além disso, conta também com um fundo de investimento domiciliado nas Ilhas *Cayman*, cuja estratégia de investimento é obter rentabilidade em títulos e valores mobiliários, incluindo ações e títulos de dívida, moedas, opções, futuros e outros derivativos, com foco no mercado brasileiro.

22. Outras informações

a. **Garantias, Avais e Fianças**

Os avais e fianças prestados pelo BR Partners Banco são registrados em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação em razão de acontecimentos futuros. As operações de avais e fianças prestadas honradas e não honradas tem provisionamento atribuído a cada cliente, conforme definido pela Administração com base na expectativa de perda desta.

São concedidos créditos por meio de avais e fianças conforme quadro a seguir:

	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Fianças bancárias prestadas	49.738	84.879
Provisão para garantias financeiras prestadas	(53)	(372)
Total	49.685	84.507

b. **Contingências**

No Grupo BR Partners, não há registro de processo judicial de natureza passiva no âmbito tributário na data base 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

No âmbito cível há duas ações em andamento classificadas pelo nosso assessor jurídico como perda provável, cujo valor provisionado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 290 (R\$ 292 em 31 de dezembro de 2021). Não existem processos cíveis cujo risco seja possível.

Em 31 de dezembro de 2022 as ações trabalhistas classificadas pelos nossos assessores jurídicos como perda possível foi de R\$ 131 (R\$ 536 em 31 de dezembro de 2021). Os processos trabalhistas classificados como perda provável estão registrados sob o montante de R\$ 1.187 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.176 em 31 de dezembro de 2021).

c. **Seguros**

O Grupo possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas, relativas às instalações em sua sede, foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante do prêmio contratado pelo Grupo totalizava R\$ 201 (R\$ 201 em 31 de dezembro de 2021) e a Companhia apresentava a seguinte apólice de seguro:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Patrimônio	Incêndio, explosão e fumaça	10.000
	Perda de aluguel	600
	Responsabilidade civil	600
	Danos elétricos	1.000
	Equipamentos eletrônicos	2.000
	Vidros	30
	Derrame vazamento de <i>sprinkles</i>	2.000
	Recomposição de registros e documentos	600
	Equipamentos estacionários	600
	D&O	30.000

d. **Gestão de recursos de terceiros**

A Companhia faz a gestão de fundos de investimentos, seus ativos sob gestão são:

Empresa Gestora	Modalidade	Montante sob gestão	
		Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
BR Partners Gestão de Recursos Ltda.	Fundo de Investimento Multimercado	360.969	280.143
	Fundo de Investimento em Participações	762.191	853.652

e. **Normas, alterações e interpretações de normas**

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Grupo não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo:

- Reforma da taxa de juros de referência – Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16);

- Alterações na IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras – Requer que apenas as informações sobre políticas contábeis materiais sejam divulgadas, eliminando divulgações de informações que dupliquem ou sumarizem os requerimentos das normas IFRS. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não trazem impactos financeiros. As análises referentes as mudanças em divulgação serão concluídas até a data de entrada em vigor da norma;

- Alterações da IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros – Inclui a definição de estimativas contábeis: valores monetários sujeitos às incertezas em sua mensuração. São exemplos de estimativas contábeis a perda de crédito esperada e o valor justo de um ativo ou passivo. Esta alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e as análises referentes as mudanças em divulgação serão concluídas até a data de entrada em vigor da norma; e
- Alterações na IAS 12 – Impostos sobre a Renda – Esclarece que a isenção para contabilização de impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias geradas no reconhecimento inicial de ativos ou passivos não se aplicam às operações de arrendamentos. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

f. **Reorganização societária e aquisições**

Incorporação

Em 1 de junho de 2022, conforme Protocolo de Incorporação, a empresa BR Partners Assessoria Financeira Ltda. (incorporadora) adquiriu a totalidade das quotas da BR Partners Assessoria de Mercados de Capitais e Dívidas Ltda. (incorporada) e, posteriormente, realizou a incorporação dos respectivos ativos e passivos. A transação foi realizada pelo valor patrimonial da incorporada em 1 de junho de 2022, avaliado em R\$ 183 por meio de laudo de avaliação contábil. A liquidação financeira da transação ocorreu em 30 de junho de 2022.

Aquisições

A BR Partners Assessoria Financeira Ltda. realizou a aquisição por valor patrimonial da BR Partners Europe B.V., no valor de R\$ 7.353 milhões. Essa aquisição faz parte da estratégia de expansão do Grupo nas prestações de serviços de assessoria e consultoria financeira, particularmente em finanças corporativas, incluindo fusões, aquisições, vendas, incorporações, cisões, reestruturações societárias e outros. Em 29 de novembro de 2022, tendo sido verificado o cumprimento de todas as condições precedentes, incluindo a aprovação das autoridades reguladoras, foi concluída a aquisição de 100% do capital social da BR Partners Europe B.V..

A Diretoria

Hideo Antonio Kawasaki – Contador CRC 1SP 184.007/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos

Acionistas, ao Conselho de Administração e aos Administradores da

BR Advisory Partners Participações S.A.

São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BR Advisory Partners Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BR Advisory Partners Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração de instrumentos financeiros

Veja as notas explicativas 3o e 6 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia possui aplicação em instrumentos financeiros em cota de fundo de investimento em participações classificado como nível 3 na hierarquia de valor justo. Esse fundo possui investimentos em ações de companhias fechadas, sem cotação em bolsa ou mercado ativo, mensuradas pelo seu valor justo, determinado com base em laudo de avaliação econômico-financeira, elaborado por avaliador independente, que utilizou a metodologia de fluxo de caixa descontado, a qual considera premissas e expectativas de projeções de resultados futuros das companhias investidas, tais como: taxas de crescimento, taxas de desconto e taxas de inflação.

Devido à relevância e às incertezas relacionadas as premissas para a determinação do valor justo do fundo que podem resultar em um ajuste material nos saldos contábeis das demonstrações financeiras no próximo ano fiscal, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a:

- Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, da técnica de avaliação (fluxo de caixa descontado) e a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizados na preparação do laudo, tais como taxas de crescimento, taxas de desconto e taxas de inflação;

- Análise, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas da adequação dos cálculos matemáticos incluídos em tais laudos de avaliação; e

- Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis as mensurações dos instrumentos financeiros classificados como nível 3, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de

ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 9 de fevereiro de 2023.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP 014.428/O-6

André Dala Pola
Contador CRC 1SP 214.007/O-2

www.brpartners.com.br



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>